

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

Fernanda Imaculada Faria¹
Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa. (Freire, 1967, p. 97)

O livro de Paulo Freire, “Educação como prática da liberdade”, escrito durante o exílio do autor, no Chile, fala da importância de uma educação baseada no diálogo, o poder das relações humanas e a necessidade de uma consciência crítica e reflexiva do mundo.

Esta resenha foi elaborada tendo como referência a edição publicada em 1967, pela editora Paz e Terra, com um total de 149 páginas. Traz um texto de abertura “*Paulo Freire ou o poder da palavra*” do filósofo suíço Pierre Furter e uma introdução “*Educação e política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade*” escrita pelo professor e cientista político Francisco Weffort. Em seguida, o poema “*Canção para os fonemas da alegria*” escrito em Santiago do Chile, no verão de 1964, pelo poeta Thiago de Mello, que também assina pelo desenho da capa.

O ensaio apresenta também dedicatória, agradecimento e esclarecimento escritos por Paulo Freire, além de quatro capítulos intitulados “*A sociedade brasileira em transição*”, “*Sociedade fechada e inexperiência democrática*”, “*Educação versus massificação*”, “*Educação e conscientização*” e apêndice com imagens do pintor Vicente de Abreu.

No primeiro capítulo “*A sociedade brasileira em transição*”, Paulo Freire aborda as relações do homem com o mundo, ele diz que “o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo” (p. 39), que o faz se abrir para a realidade e responder aos

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), 2023-atual. Bibliotecária Documentalista no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Uberaba, MG, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Dr. Randolfo Borges Júnior nº 2900, Univerdecidade, Uberaba, MG, Brasil, CEP: 38064-300. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0006-8100-3562>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3145372434606046>. E-mail: fernandafaria@iftm.edu.br.

desafios de forma plural, por isso há uma “pluralidade na própria singularidade” (p. 40). Segundo o autor, o homem não pode ser mero espectador do mundo, precisa integrar-se ao seu contexto, com consciência e capacidade para tomar decisões e transformar a própria realidade com protagonismo.

Freire fala sobre a passagem do tempo e as mudanças “vivas”, mas não “percebidas” de forma significativa pelo homem. Refere-se ao termo “fase de trânsito” que “é este choque entre um *ontem* esvaziando-se, mas querendo permanecer, e um amanhã por se consubstanciar, que caracteriza a fase de trânsito como um tempo anunciador” (p. 45). Ao abordar o “embate” entre os “velhos e os novos temas”, o autor se refere “ao momento do trânsito”, cujo ponto de partida é a “sociedade fechada”, “[...] predatória, sociedade reflexa na sua economia, reflexa na sua cultura, por isso alienada, objeto e não sujeito de si mesma, sem povo. [...]” (p. 48) e fala sobre o racha desta sociedade, que embora ainda não fosse uma “sociedade aberta”, já não era uma sociedade totalmente fechada” (p. 48).

O autor versa sobre as sociedades alienadas, que “oscilam entre o otimismo ingênuo e a desesperança, gerações incapazes de projetos autônomos de vida” (p. 52) e diz que com “novos fatos” a sociedade ganha “consciência de suas possibilidades e começa a fazer-se críticos” (p. 52). Freire se opõe às práticas assistencialistas, pois “o assistencialismo faz de quem recebe a assistência um objeto passivo, sem possibilidade de participar do processo de sua própria recuperação” (p. 56). Ressalta a importância de “ajudar o homem a ajudar-se”, permitir sua inserção na sociedade com consciência crítica por meio da educação, sendo o melhor caminho para propor “ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades [...]” (p. 57).

A educação na concepção de Freire, precisava levar em consideração “os graus de compreensão da realidade em seu condicionamento histórico-cultural” do homem brasileiro (p. 57-58), segundo o autor, “a posição inicial de ‘intransitividade da consciência’, característica de ‘imersão’ em que estava, passava na emersão que fizera para um novo estado – o da ‘transitividade ingênuo’” (p. 58). A consciência intransitiva é característica de uma sociedade fechada, cujos interesses do homem se situam em um “plano de vida “vegetativo”, que se limita a esfera “biologicamente vital”. Mas, à medida que o homem amplia o seu poder de captação sobre questões que o cercam, aumenta o seu poder de diálogo com outro homem e com o mundo, alcança a “consciência transitiva” que num primeiro estado é “ingênuo”, pela simplicidade na interpretação dos problemas, valorização em demasia do tempo passado, impermeabilidade à investigação, fragilidade na argumentação, forte teor emocional, prática à polêmica e não ao diálogo, pelas explicações mágicas (p. 59).

O autor explica “a transitividade crítica” que é caracterizada por uma educação ativa, argumentativa e aberta ao diálogo, voltada para a responsabilidade social e política, na profundidade de interpretação de problemas, pela inclinação a arguições. A posição transitivamente crítica é característica dos governos autenticamente democráticos (p. 60).

No segundo capítulo da obra “*Sociedade fechada e inexperiência democrática*” Freire defende que a nossa formação histórico-cultural influencia diretamente na nossa “inexperiência democrática”. O tipo de formação que tivemos não nos dá condições necessárias à “criação de um comportamento participante” (p. 66). O autor aborda a colonização brasileira, preponderantemente exploratória, para fins comerciais, cuja intenção dos exploradores era “de ficar ‘sobre’ ela, não de ficar nela e com ela” (p. 68).

Do processo de colonização às grandes propriedades, separadas umas das outras por longas distâncias, os homens que vinham povoar estas fazendas tinham “como opção” aceitarem a “proteção” dos seus senhores em uma relação de “dependência”. Nesta relação de domínio, de distância social, não há diálogo. Segundo Freire “o que predominou foi o mutismo do homem, foi a sua não participação na solução dos problemas comuns. Faltou-nos, na verdade, com o tipo de colonização que tivemos, vivência comunitária” (p. 71).

O interesse privado sobrepondo-se ao público, as situações de submissão vividas pelo homem, não permitiu a sua integração na sociedade. Estas circunstâncias autoritárias culminaram na “inexperiência democrática”, o “homem esmagado pelo poder” (p. 74), “proibido de crescer, de falar” (p.75). Houve a exclusão do homem nas experiências de autogoverno, de dialogação e havia uma conformidade com um tipo de vida rigidamente autoritário (p. 76).

O que se pode afirmar é que, de modo geral, com algumas exceções, ou o povo ficava à margem dos acontecimentos ou a eles era levado quase sempre, mais como “algazarra” do que porque “falasse” ou tivesse voz. O povo assistiu à proclamação da República “bestificado”, foi a afirmação de Aristides Lôbo, repetida por todos. Bestificado vem assistindo aos mais recentes recuos do processo brasileiro. Talvez agora, no caso do recente Golpe Militar, já não tanto bestificado, mas começando a entender que os recuos estão se fazendo por causa dos seus avanços (Freire, 1967, p. 82).

No terceiro capítulo “*Educação versus massificação*”, Paulo Freire preocupa-se em “encontrar uma reposta no campo da pedagogia às condições da fase de transição brasileira”, com a inserção crítica do homem brasileiro no “processo de ‘democracia fundamental’” (p. 85). O autor fala de uma educação “crítica e criticizadora, que tentasse a passagem da transitividade ingênua à transitividade crítica” (p. 86) e assim, com a emersão das classes populares, conseguir o

desenvolvimento econômico como suporte da democracia para “coincidir o desenvolvimento com um projeto autônomo da nação brasileira” (p. 87).

Diante de um povo “emergente, mas desorganizado, ingênuo, despreparado, com fortes índices de analfabetismo e semianalfabetíssimo”, o autor reforça a necessidade de uma educação “para a decisão, para a responsabilidade social e política” (p. 87-88). O Brasil estava vivendo uma fase de “influências renovadoras”, momento em que à “transitividade da consciência” se associava o fenômeno da “rebelião popular” (p. 91-92), sinais promissores da vida pública e neste clima cultural da fase de transição, o homem brasileiro aprenderia democracia, com a própria existência e vivência.

O grande desafio, conforme o autor, não era somente o alarmante índice de analfabetismo e a sua superação, mas havia também a “necessidade de superar a inexperiência democrática”, pois não seria uma educação desvinculada da vida (p. 94) e a análise da realidade deveria acontecer por meio de uma visão verdadeiramente humanista.

No final do capítulo, Freire expõe a necessidade de integração com a realidade nacional, explana o “pensar sobre o Brasil de um ponto de vista não brasileiro” (p. 98), segundo critérios da Europa ou dos Estados Unidos, daí a dificuldade de um engajamento para uma consciência nacional. São citadas duas Instituições, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a Universidade de Brasília (UnB), empenhadas em despertar na sociedade a “necessidade de pensar o Brasil como realidade própria” (p. 99), que ao fugir da “importação de modelos alienados, busca um saber autêntico, por isso comprometido” (p. 99).

O quarto e último capítulo do livro “*Educação e conscientização*”, o autor discorre sobre a democratização da cultura e a necessidade de atenção aos *déficits* quantitativos e qualitativos da educação. Compartilhou experiências como o “Movimento de Cultura Popular do Recife” e o “lançamento de duas instituições básicas de educação e de cultura popular: o “Círculo de Cultura” e o “Centro de Cultura” (p. 102).

Freire apresenta o método de alfabetização, iniciado com debates de grupo, cujos assuntos eram determinados pelos próprios grupos. Pensava-se “numa alfabetização direta e realmente ligada à democratização da cultura”, que tivesse o homem como sujeito do processo e não uma alfabetização “puramente mecânica” (p. 103-104). Tentava assim, uma educação “identificada com a realidade”, integrada ao tempo e ao espaço, “levando o homem a refletir sobre sua ontológica vocação de ser sujeito” (p. 106). Dessa forma, pensou-se num “método ativo, dialogal, crítico e criticizador” e “no uso de técnicas como o da redução e da codificação” (p. 107).

Em seguida, Paulo Freire questiona: “o que é diálogo? E diz que se trata de uma relação horizontal de A com B, a qual nasce de uma matriz crítica e gera criticidade, segundo Jaspers, e nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança” (p.107). Em oposição ao diálogo, explica também sobre o antidiálogo, “que implica numa relação vertical de A sobre B, é desamoroso, acrítico, não é humilde, é desesperançoso, arrogante, auto-suficiente, não comunica, faz comunicados” (p.107-108).

Era então necessária uma “Pedagogia de Comunicação”, “em que o papel do educador seja fundamentalmente dialogar com o analfabeto, sobre situações concretas”, pois “a alfabetização não pode ser feita de cima para baixo, como uma doação ou imposição, mas de dentro para fora, pelo próprio analfabeto, apenas com a colaboração do educador” (p. 110). A partir dessa compreensão, Freire fala sobre a descrença nas cartilhas que “reduzem o analfabeto mais à condição de objeto que à de sujeito de sua alfabetização” (p. 111).

O autor apresenta as cinco fases de elaboração e de execução prática do método de alfabetização: levantamento do universo vocabular dos grupos com quem se trabalhará; escolha das palavras geradoras, selecionadas do universo vocabular pesquisado; criação de situações existenciais típicas do grupo com quem se vai trabalhar; elaboração de fichas-roteiro, que auxiliem os coordenadores de debate no seu trabalho; criação de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos vocábulos geradores e por fim, discorre sobre a execução prática do método.

No final do livro é apresentado em apêndice as situações que ilustram o processo de alfabetização revelado por Freire no último capítulo, com imagens do pintor Vicente de Abreu, pois os originais do artista plástico Francisco Brenand foram apreendidos (p. 123).

A obra de Paulo Freire “*Educação como prática da liberdade*” é a defesa de uma educação “libertadora” que desperta a consciência crítica e integra o homem com a realidade, na busca por uma democracia autêntica e por uma sociedade cada vez mais reflexiva.

Submetido em: 21 de jul de 2023.

Aprovado em: 02 de abr de 2024.

Publicado em: 30 de abr de 2024.